

A UDN¹ nos livros didáticos

Ramonn Rodrigues Magri

Graduando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei.

ramonnrm@gmail.com

Resumo

Neste artigo, exploram-se as maneiras como a União Democrática Nacional (UDN) é apresentada nos livros didáticos utilizados nas séries do chamado Ensino Médio. As duas décadas de existência do partido determinam o recorte temporal. Ao longo do período da história brasileira compreendido entre as manifestações liberais de oposição ao autoritarismo do Estado Novo (1937-1945) e até mesmo ao chamado “getulismo”, passando por um intervalo democrático (1946-1964) até chegar à ruptura institucional por meio de golpe civil-militar (1964), explicita a imagem que os manuais transmitem da conduta política, do discurso e da trajetória pública da UDN e de seus membros mais importantes. Nessa perspectiva, as obras foram examinadas com o propósito de constatar, inicialmente, se há e, a partir daí, como se dá a relação delas com a literatura que trata do tema.

Palavras-Chave: União Democrática Nacional, história política, livros didáticos

1 Partido que esteve no cenário político brasileiro entre 1945 e 1965. A UDN foi criada por opositores do Estado Novo e extinta por efeito do Ato Institucional nº 2, do regime civil-militar instaurado em 1964. Sobre a UDN, ver Benevides (1981), Dulci (1986) e Gaio (2002).

1 Introdução

Comparar-se-á a abordagem sobre a UDN de quatro livros didáticos publicados a partir dos últimos trinta anos, sendo dois deles na última década. Tal determinação temporal se justifica porque os dois principais estudos acadêmicos pertinentes ao tema são obras com edições que datam de 1981 e 1986: Benevides e Dulci, respectivamente. Todos os livros didáticos utilizados nesta pesquisa foram adotados, ao longo dos anos, pela mesma escola: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFET) – Campus Barbacena. Trata-se de uma instituição que oferece cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio comum. Partindo da consulta aos catálogos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), os próprios docentes de cada disciplina são responsáveis pela análise e definição periódica dos livros didáticos que são utilizados na escola.

A pesquisa se insere no campo da história política, entretanto as análises mais significativas a respeito da UDN não são oriundas da historiografia tradicional. Benevides (1981) esmiuçou a criação, a trajetória e as contradições do partido num trabalho de cunho sociológico. Já Dulci (1986), que também contribuiu para o tema ao abordar as origens, a constituição social dos membros e o percurso político da UDN, analisou fundamentalmente as relações quase sempre antagônicas entre o partido e as vertentes populistas em estudo realizado à luz da ciência política. A análise comparativa, no entanto, será conduzida partindo-se de pressupostos que não apenas os estudos teóricos forneceram a respeito do tema, ou seja, características comuns e intrínsecas que, com o passar do tempo, conferiram certa “identidade” ao partido: ausência de maciço apoio popular (elitismo), discurso moralista, oposição virulenta, conservadorismo, golpismo, e, até mesmo, o conceito de “udenismo”, que o arquétipo de atuação do partido, segundo Benevides (1981), legou ao imaginário político nacional.

Por critério metodológico, foi indispensável considerar, para além das obras didáticas, aspectos como o histórico das editoras,

posições e/ou tendências ideológicas dos autores, o cenário político do contexto em que os manuais foram publicados ou editados, além dos exercícios propostos nos livros e as peculiaridades que cada um desses veio a demonstrar ao discorrer sobre o assunto.

A escolha do livro didático, especialmente o de história, como objeto de pesquisa não é inoportuna. O papel político dos manuais da disciplina é imenso, por isso são os mais investigados pelos pesquisadores. Mas as análises têm ido além da perspectiva ideológica e buscado compreender amplamente a produção. Nesse sentido, ressalta-se que “a importância do livro didático reside na explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica.” (BITTENCOURT, 2004, p. 313).

2 Interpretação da década de 1980

O advento da abertura política do final da década de 1970 fez com que os livros didáticos de história se renovassem. Reznik (2009) cita, como exemplo disso, uma obra significativa daquele momento redemocratizante: *História da sociedade brasileira*, de Alencar, Ramalho e Ribeiro (1979).² Para esta análise, utilizou-se a terceira edição do livro, publicada em 1985.

A UDN é descrita como um partido de composição inicialmente heterogênea – “classes proprietárias”, “ex-tenentes da corrente liberal”, “liberais esquerdizantes” e “intelectuais socialistas” –, mas que logo se deixaria dominar por grupos oligárquicos conservadores. O golpismo logo aparece e é enfatizado como peculiaridade do agrupamento político já no último ano do Estado Novo. Contemplando majoritariamente a política em detrimento dos aspectos cultural e econômico, a narrativa do livro, numa unidade intitulada “O povo subirá comigo...’ as contradições e os conflitos do Estado populista – 1946/1964”, explica as razões pelas quais a UDN teve sucessivas derrotas em vários pleitos. O caráter oligárquico, elitista (apoio da “classe dominante” e “pela parte mais conservadora da classe

² Todos os autores são formados pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professores das redes pública e particular do Rio de Janeiro.

média”), bacharelesco (“partido dos bacharéis”) e o moralismo são destacados como principais características e também as causas, sobretudo, da ausência de respaldo popular do partido.

A partir do retorno de Getúlio Vargas, em 1951, a UDN é apresentada claramente como “inimiga do povo”. Os políticos do partido, além de adotarem discursos antivarguistas – o que, para os autores, também seria conter a “ascensão das classes trabalhadoras” –, seriam favoráveis a não intervenção do Estado na economia, isto é, seriam adeptos do liberalismo econômico; à entrada do capital estrangeiro no País; e ao alinhamento com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. A participação oposicionista da UDN nos desdobramentos que culminaram no suicídio de Vargas em 1954, no entanto, é personificada em Carlos Lacerda.

Na conjuntura eleitoral de 1954, em que o pleito elegeu Juscelino Kubitschek, a UDN, que mais uma vez saía derrotada, aparece mais uma vez como a vilã ao solicitar a intervenção dos militares em favor dos interesses golpistas do partido, sob a justificativa de “defesa da democracia”. Já no fim do governo JK, é explorada uma das muitas contradições da UDN: a aproximação com o populismo personalista e carismático de Jânio Quadros. Assim, é enaltecida a iniciativa de Lacerda, que buscou um candidato popular para o seu partido. Mas as medidas ambíguas de Jânio desagradavam Lacerda, que passou a denunciar a esquerdização, especialmente por conta da política externa, e uma suposta tentativa de golpe por parte do presidente, cujo desfecho foi a surpreendente renúncia de Jânio Quadros.³

No conturbado período compreendido entre a posse de Jango Goulart, seu governo e o golpe civil-militar de 1964, a atuação política da UDN praticamente desaparece da narrativa. Os autores se limitam apenas a salientar o apoio de Lacerda ao golpe. Tal ocultação se justifica, em parte, porque ainda não haviam sido publicados trabalhos específicos acerca do partido.⁴

³ Carlos Lacerda, conforme já mencionado, é caracterizado, partindo-se de sua ascensão ao cenário político nacional, como símbolo da UDN. Assim, a abordagem do livro deposita toda a atuação do partido em sua figura, destacando sua agressividade virulenta, injuriosa e, sobretudo, “golpista”.

⁴ Benevides (1981) e Dulci (1986).

Uma das “sugestões para trabalhos” que encerram a unidade do livro solicita, no entanto, que o aluno caracterize os três maiores partidos do “período populista”⁵ – PSD, PTB e UDN –, assinalando as classes e os grupos sociais que representavam e posições deles quanto à política econômica, ao papel do Estado na economia e à participação popular.

História da sociedade brasileira é expressão da reconhecida renovação dos livros didáticos de história no final dos anos 1970. Demonstrando alto teor de “politização”, uma vez que a narrativa dedica a maior parte do espaço dos capítulos ao cenário político dos períodos, o livro, produzido durante a redemocratização, reflete como historiografia e política andam unidas. A UDN, portanto, embora ainda não dispusesse de análises historiográficas específicas a seu respeito, é inserida na trama política como protagonista e sua participação, bem como a dos demais partidos do contexto histórico, é destacada pelos autores com o propósito de demonstrar que se tratava de uma época democrática da política brasileira.

3 Anos 90

A análise de um livro publicado na segunda metade da década de 1990 aponta para a revisão de determinadas vertentes explicativas. Isso implica certa cautela terminológica. Em *História e vida – Brasil: do Império aos dias de hoje*,⁶ os autores evitam, por exemplo, a utilização do conceito de populismo ao se referirem ao período que vai de 1946 a 1964, privilegiando a ideia de que se tentou avançar na direção de uma “democracia de fato”. Democracia que, aliás, é sinônimo de progresso na abordagem do livro. Tanto que o capítulo que trata da época supracitada se chama “Vencida a ditadura, voltam as eleições e o povo conquista alguns avanços”. Nesse mesmo tópico há, logo na introdução, um trecho esclarecedor acerca da linha interpretativa dos autores:

⁵ A despeito das numerosas controvérsias acerca do conceito de populismo, o termo é frequentemente utilizado pelos autores como categoria explicativa e globalizadora do período histórico.

⁶ Nelson e Claudino Piletti. O primeiro é professor da Faculdade de Educação da USP.

As forças conservadoras procuraram sempre deter as mudanças que melhorassem as condições de vida da maioria da população. Essas forças – formadas principalmente pelos latifundiários, pelas empresas multinacionais, pelos políticos da UDN (União Democrática Nacional) e pelos militares que os apoiavam – fizeram muitas tentativas para controlar o governo. Quando não conseguiam, quando o governo não era do seu agrado, tudo faziam para colocar o povo contra ele, inclusive conspirando para a tomada do poder. (PILETTI e PILETTI, 1997, p. 87)

Embora a passagem mostre uma visão maniqueísta daquela conjuntura política, é relevante quanto a UDN, que, incluída entre as “forças conservadoras” que tinham interesses antagônicos aos da “maioria da população”, aparece associada não apenas às velhas oligarquias rurais que construíram o partido e aos interesses do capital internacional, mas também, agora, às forças armadas. Essa afinidade se tornou, de acordo com um dos principais estudos sobre o partido – realizado nos anos 80 –, símbolo do comportamento político da UDN.⁷

Ainda na introdução do mesmo capítulo, são organizadas em tópicos várias afirmações sobre ações das “forças conservadoras”, antecipando, assim, determinadas discussões e colocando-as num contexto comum. As ditas “forças” teriam: levado Vargas ao suicídio, em 1954; tentado impedir a posse de JK, em 1956; refutado a posse do vice-presidente após a renúncia de Jânio, em 1961; e até deposto Jango em favor dos militares, em 1964.

Apesar disso, num livro em que a democracia é tema central, a oposição a uma ditadura recebe destaque. Por isso, até mesmo o Manifesto dos Mineiros (1943)⁸, uma das gêneses da UDN, é apontado como “uma das primeiras manifestações claras a favor da redemocratização do país [...]”. (PILLETTI; PILLETTI, 1997, p. 88). Mas a abordagem da UDN como grupo é conduzida novamente apenas até o surgimento de um “inimigo poderoso”: Carlos Lacerda. Esse “jornalista ligado à UDN” seria o pivô da morte de Vargas. Lacerda – não a UDN e os diversos outros grupos oposicionistas – teria denegrido a imagem do presidente perante a “classe média”. A polaridade ainda se manifesta em

⁷ Benevides (1981). Sobre a mesma temática, ver também Gaio (2002).

⁸ O Manifesto está reproduzido em diversas obras, como em Franco (1946, p. 103-111).

diversas questões ao longo da narrativa. Numa destas, interroga-se: “quem eram os inimigos de Vargas e o que queriam?” (PILLETTI; PILLETTI, 1997, p. 93).

A UDN reaparece, quase sempre à sombra de Lacerda e encabeçando “conspirações golpistas” nos dois últimos tópicos do capítulo – “Jânio Quadros: contradição e renúncia” e “Com João Goulart, uma tentativa de mudanças em benefício do povo”, respectivamente. No primeiro, são ressaltados o susto que as “forças conservadoras” levaram quando o presidente que ajudaram a eleger falou em reforma agrária e ameaçou controlar as remessas de lucros de empresas estrangeiras e a reação de Lacerda, na forma de discurso anticomunista, após o episódio em que Jânio condecorou Che Guevara. O tópico seguinte destaca também o mesmo tipo de retórica, por parte dos “mesmos grupos que haviam combatido Getúlio e tentado impedir a posse de Juscelino [...]” (PILLETTI; PILLETTI, 1997, p. 95), nas circunstâncias da posse de Jango.

O capítulo seguinte, porém, que versa sobre a ditadura civil-militar,⁹ em sua narrativa, ao explicar num tópico as nuances do golpe, inclui também Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais, no grupo dos conspiradores udenistas que se viam prejudicados pela iminência das reformas de base. Tais golpistas, aliados a multinacionais, latifundiários, órgãos de imprensa e aos próprios militares, teriam mobilizado a opinião pública contra o governo de Goulart, abrindo caminho para a efetivação do golpe.

4 Século XXI

Os dois livros didáticos analisados, mesmo publicados em curto intervalo temporal – um na primeira e o outro nesta segunda década do século XXI –, revelam a permanência de alguns modelos explicativos e, simultaneamente, enormes diferenças metodológicas. A linha ideológica dos autores, nesses casos, é determinante para o surgimento de tais discrepâncias. O padrão operacional das editoras é igualmente

⁹ Título: “Os militares impõem nova ditadura, anulam as reformas e submetem o país a mais violenta repressão.” (PILLETTI; PILLETTI, 1997, p. 98).

relevante. Quanto às continuidades e relativas semelhanças, é notável que, dos anos 1980 até aqui, as publicações didáticas mencionadas sequer dialogaram com a “historiografia”¹⁰ produzida a respeito da UDN. As obras publicadas já neste século seguiram a mesma tendência.

Mesmo nessa condição, é indispensável lembrar o que as análises especializadas frisaram para que se tenha um parâmetro mínimo de avaliação dos manuais escolares. Entre as ambiguidades da UDN, Benevides (1981) aponta, por um lado, que seus deputados, na maioria, votaram contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 1947, e a favor do monopólio estatal do petróleo. Por outro lado, o partido desencadeou campanhas ferozes contra a “infiltração comunista” na vida pública, defendeu os interesses do capital estrangeiro e o acordo militar Brasil-Estados Unidos. Dulci (1986), por sua vez, destaca a relação entre a evolução da UDN e dos setores antipopulistas e, a partir do exame da experiência do partido, relaciona-a diretamente com as consequências da intervenção civil-militar de 1964.

O livro de Mario Schmidt (2005)¹¹ difere das demais publicações aqui comparadas, inclusive as que têm conteúdo exclusivo de história do Brasil¹², sobretudo porque explora iconografia (maioria em fotografias jornalísticas), especialmente sobre o tema ora tratado, e adota uma linguagem alternativa, por vezes excessivamente coloquial. O emprego de muitos diminutivos, por exemplo, mesmo que no intento de criar uma narrativa mais intimista e atrativa para o leitor, revela certo desdém tanto com o assunto discutido quanto com o próprio leitor - “interlocutor”.

Como seu congênere da década de 80, *Nova história crítica* dedica muito espaço à composição político-partidária de alguns períodos da história brasileira. No único, porém extenso capítulo (“Terceira República”) em que a UDN figura, há tópicos específicos e bem ilustrados sobre os principais grupos políticos

¹⁰ “Historiografia”, entre aspas mesmo, porque, conforme esclarecimento introdutório, os trabalhos mais relevantes produzidos até hoje acerca do tema são contribuições oriundas da sociologia (BENEVIDES, 1981) e da ciência política (DULCI, 1986).

¹¹ Schmidt (2005). Autor marxista, conhecido por sua coleção ter alcançado grande sucesso editorial.

¹² Alencar, Ramalho e Ribeiro (1985) e Piletti e Piletti (1997).

da época. A narrativa e as descrições iniciam convidando o leitor a dar uma “olhadinha” nas agremiações que se formaram no “finalzinho” do Estado Novo. Schmidt (2005) classifica a UDN como de direita e, em tom de ressalva, esclarece que, no princípio, a fundação do partido contou com alguns socialistas democráticos. A extensa descrição prossegue afirmando o anticomunismo, antigetulismo, antitrabalhismo e o antipopulismo udenistas, indicando que tais posições eram consequências do viés liberal do agrupamento partidário. O capital estrangeiro, demonizado, seria uma das principais causas defendidas pela UDN.

Na ótica de *Nova história crítica*, os udenistas como um todo, inimigos que eram dos trabalhadores, embora defendessem direitos democráticos, refutavam a legitimidade de greves e reivindicações de reforma agrária, por exemplo, sob a alegação de que eram “ataques comunistas ao direito de propriedade e à livre iniciativa”. Também acerca da bandeira democrática do partido, é ressaltada uma das grandes contradições da UDN: a maior parte de seus políticos terem apoiado o golpe de 1964. Espalhadas pelo texto, várias afirmativas nesse sentido, porém, estão inseridas em narrativas de períodos bem anteriores à discussão acerca implantação da ditadura civil-militar. Revela-se, portanto, a construção de uma história teleológica.

Discorrendo acerca do arquétipo do político udenista, a descrição contempla características identitárias da UDN. As razões da fama de “partido dos bacharéis” e do elitismo são destacadas. Da mesma forma, o moralismo e o programa conservador, entendidos como preocupações menores – não “estruturais”, como a “corrupção” –, são apontados como causas do “fascínio exercido sobre a classe média” e a “desconfiança nas classes populares”. Tudo isso logo converge para Carlos Lacerda. A caracterização do perfil político dele, acompanhada inclusive por fotografia, é apaixonada e feroz.¹³ Além disso,

¹³ Texto da legenda: “O governador da Guanabara (Rio de Janeiro depois que a capital foi para Brasília), Carlos Lacerda, transferiu a população das favelas da zona sul (bairros ricos) do Rio para a periferia. Para os críticos da esquerda, a classe média carioca sentia-se feliz com o enxotamento da ralé, e por isso votava na UDN.” (SCHMIDT, 2005, p. 629).

diversas outras personalidades, mesmo algumas que tiveram relações muito curtas ou remotas com a UDN, são citadas: Assis Chateaubriand, Júlio de Mesquita, família Marinho, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães.

Medidas sem sucesso e pouco repercutidas, como a Missão Abbink (1949), no governo Dutra, são especuladas, por suas características liberais e ligadas aos Estados Unidos, como interesses da UDN. O golpismo, por sua vez, desponta no subtítulo “o último Vargas (1951-1954)”, em que Schmidt enaltece que a UDN “não sossegaria um minuto até que Vargas tivesse saído do governo.” (SCHMIDT, 2005, p. 635). Em seguida, numa digressão, também em forma de tópico, intitulada “Contradições do trabalhismo”, observa-se a associação entre UDN e empresariado contra a legislação social e trabalhista e medidas populares do governo, como o reajuste de 100% no salário mínimo, que o partido tachou de “demagógicas”. Dialogando com o leitor, ainda na mesma seção, o autor esclarece que, apesar do que foi dito sobre a correlação de forças, na prática “as coisas eram mais complexas” e que se deve ainda “olhar a história com abertura: a dúvida, o acaso e as divergências também podem ser criadoras.” (SCHMIDT, 2005, p. 636). Como não apresenta exemplos disso, Schmidt apenas reconhece, em um maiúsculo desvio da narrativa principal, que ele mostrou somente uma versão da matéria.

A UDN prossegue como baluarte do golpismo nos dois tópicos seguintes: “A tragédia” e o sugestivo “Tentativas de golpe”. O primeiro, sobre o suicídio de Getúlio, elenca Lacerda, evidentemente, no papel de protagonista. Porém, aos olhos do povo, os algozes do ex-presidente sairiam derrotados. Já no segundo tópico, após a narrativa dos eventos compreendidos entre a sucessão de Vargas e a votação que elegeu Juscelino Kubitschek, são enfatizadas em detalhes as investidas do “bando udenista” no sentido de desfazer o resultado do pleito.

Após poucas menções na seção do governo JK, a UDN volta ser destacada na do início do curto “período Jânio Quadros” e, sobretudo, na do governo João Goulart. O fato de o partido ter apoiado um candidato populista como Jânio, ao contrário de

interpretações anteriores, não é entendido como contradição, uma vez que se compatibilizariam as posições conservadoras dos dois lados. O modo como os udenistas reagiam face às condutas ambíguas do então presidente passa despercebido pela narrativa. Schmidt (2005) explica, no tópico seguinte (“A crise da posse de João Goulart”), o porquê do aparente paradoxo que seria Jânio – apoiado pela UDN – ter um vice do PTB – “arqui-inimigo dos udenistas” –, baseando-se no código eleitoral da época. As reformas de base e a reforma agrária encontram entre os setores conservadores – principalmente a UDN – seus principais empecilhos.¹⁴

A abordagem realça os principais atributos da UDN em sua participação nos desdobramentos que culminariam em 1964. O eloquente subtítulo “A reação da direita”, posicionado imediatamente após “A mobilização popular” e antes de “O golpe militar de 1964”, divide o País em dois: de um lado as “forças da mudança”, que apoiavam as reformas de base, do outro estava a “potência do conservadorismo de direita”. Schmidt (2005) é taxativo ao assegurar que a UDN queria bloquear as reformas de base no congresso. Mas, em seguida, tentando dar conta da complexidade das circunstâncias e suas eventuais contradições, afirma que a “Ala Bossa Nova” do partido (Sarney e outros) aceitou “um pouquinho” das reformas. Apesar disso, referindo-se à formação de alianças opositoras a Jango, o autor volta à carga em tom grosseiro: “Cada vez mais o PSD juntava as patas com as da UDN.” (SCHMIDT, 2005, p. 657). Os eleitores da UDN, todos conservadores e de classe média, discriminariam Jango por causa de sua relação com sindicatos operários e não entendiam as razões de tantas greves, atribuindo a estas as causas da inflação. Tais procedimentos seriam motivados somente por elitismo. Por fim, a foto (reproduzida abaixo) que ilustra a seção, inserida com o intuito de corroborar a ideia da subserviência udenista diante dos interesses norte-americanos se presta, porém, em sua legenda, à apresentação de uma informação equivocada.¹⁵

¹⁴ A respeito da mudança constitucional necessária para a viabilização da reforma agrária, o autor comenta: “[...] aí seria preciso mudar a Constituição. E como mudá-la se o Congresso estava cheio de conservadores da UDN e do PSD?” (SCHMIDT, 2005, p. 651).

¹⁵ Texto da legenda: “O político brasileiro da UDN beija a mão do presidente dos EUA. A foto era irônica porque sugeria a ideia do político da UDN que se curva diante dos norte-



FIGURA 1 – Ibrahim Sued.

Fonte: SCHMIDT, 2005, p. 651.

Já *História global*, de Gilberto Cotrim (2010),¹⁶ mostra-se mais sintético do ponto de vista político. O livro organiza capítulos alternados de história geral e do Brasil, contudo estabelece divisão mais rígida entre aspectos políticos, econômicos e sociais de cada período, insere textos menores e em tópicos e, às vezes, pequenos glossários. Porém, a principal diferença metodológica em relação ao manual anterior é com relação à apresentação de exercícios diversificados. Questões problematizando figuras e pequenos textos abundam nos capítulos, além de constar, ao final de cada um, exercícios de vestibulares.

A primeira e maior parcela da chamada “Era Vargas (1930-1945)” é agrupada em um mesmo capítulo. Neste, ao fim do subtítulo “Governo ditatorial”, interessam-nos os dois pequenos tópicos “Abertura política” e “Renúncia de Vargas”. O primeiro,

americanos. Mas é claro que as pessoas podiam ‘ler’ (interpretar) a foto de outra maneira.” (SCHMIDT, 2005, p. 651). A fotografia mostra Otávio Mangabeira, à época (1946) um dos maiores nomes da UDN, supostamente venerando o general Dwight Eisenhower, que comandara as tropas Aliadas na Segunda Guerra Mundial e, naquela ocasião, visitava o Brasil. Eisenhower, no entanto, elegeu-se presidente dos Estados Unidos em 1953.

¹⁶ Advogado e professor de história, o autor tem ampla experiência na produção de livros didáticos.

após salientar a liderança de Getúlio na abertura democrática de 1945, limita-se a citar, sem qualquer detalhamento, os partidos políticos organizados no período. No segundo tópico, é discriminada a união de forças para derrubar o presidente (o termo “ditador” não é empregado). Essas “forças” eram empresas estrangeiras (prejudicadas pela Lei Antitruste) e setores oposicionistas que, “[...] concentrados na UDN, temiam que Vargas impedisse a realização das eleições presidenciais e continuasse no poder.” (COTRIM, 2010, p. 118).

A UDN só volta a aparecer muitas páginas depois, no capítulo “Período democrático (1946-1964)”. Se o partido é mencionado apenas como coadjuvante nos subtítulos “Volta da democracia” e “Governo Dutra (1946-1950)”, respectivamente, não se pode dizer o mesmo dos três seguintes: “Governo Vargas (1951-1954)”, “Governo Juscelino (1955-1961)” e “Governo Jânio Quadros (1961)”. O destaque que virá à UDN é antecipado no parágrafo inicial da narrativa sobre o desfecho das eleições presidências para a sucessão de Dutra, em que é ressaltado que o partido se tornaria o principal foco de oposição a Vargas.

A narrativa do capítulo sobre o retorno de Getúlio ao poder caracteriza o período explorando, inicialmente, o “trabalhismo”¹⁷ e o ideário nacionalista daquele governo. Em seguida, nos tópicos “Oposição e crise” e “Crime da Rua Toneleros”, a UDN é inserida no contexto por conta de dois dos seus traços distintivos: o golpismo e Carlos Lacerda. As conspirações para derrubar Vargas envolveriam a UDN e “setores ligados ao capital estrangeiro”. A imprensa de oposição, unindo-se a um dos principais líderes oposicionistas, que atacava duramente o presidente, acusando-o de corrupção resulta no atentado contra o jornalista vinculado à UDN e na “suposta” ligação de Vargas com o caso acabam com o tiro no peito do presidente, desferido por ele próprio, são, obviamente, pontuados. Logo após a exposição dessa sequência factual, o livro de Cotrim (2010), assim como os de todos os demais autores¹⁸, expõe trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas.

¹⁷ Conceito também amplamente empregado por Schmidt (2005) ao explicar a relação entre o segundo governo Vargas (1951-1954) e as classes trabalhadoras.

¹⁸ Alencar, Ramalho e Ribeiro (1985), Piletti e Piletti (1997) e Schmidt (2005).

Porém, o documento é imediatamente submentido a um esboço de problematização num bloco de três exercícios (“organizando”).¹⁹

A questão que aqui interessa diz:

1. De acordo com Getúlio, nos trechos de sua carta-testamento reproduzidos na página anterior:

- a) quais teriam sido as principais lutas de sua vida política?
- b) contra o que reagiram as forças que se opuseram ao seu governo?
- c) como essas forças teriam atuado na oposição a seu governo e a que Getúlio se refere? (COTRIM, 2010, p. 199).

A natureza das indagações é tendenciosa. Elas solicitam abertamente que sejam discriminados os adversários políticos de Vargas, denotando seu papel de vítima da situação, uma vez que quem se propõe a responder às perguntas já tem em mente que o presidente está morto. Sugere-se, portanto, que o destino dele foi determinado unicamente pela ação de seus opositores. Outro aspecto que empobrece a problemática do exercício é a evidenciada e direta relação das perguntas com o texto. Isso faz com que o destinatário do questionamento – o discente – não reflita acerca do problema apresentado, mas apenas retorne ao texto e se limite a copiar a “resposta”.

O golpismo da UDN volta a ser destaque num tópico de mesmo nome no subtítulo referente ao período JK (“Uma odisseia de otimismo e ‘progresso’”). A derrota e as manobras da “grande adversária do getulismo” nas eleições de 1955 são, surpreendentemente, mais salientadas do que a própria vitória e a pessoa do presidente – talvez por terem de certa maneira legitimado os esforços do mesmo. Nessa perspectiva, o general Henrique Teixeira Lott – “de perfil legalista” – é louvado por ter desmontado a conspiração dos políticos udenistas, acompanhados por parte das Forças Armadas, e garantido a posse do presidente. Os udenistas não desistiram. No início do ano seguinte, armariam outro golpe, agora apoiadas por oficiais da Aeronáutica. O movimento foi novamente contido pelo governo e não teve grande repercussão, porém Cotrim não deixa de exaltar a atitude conciliadora do então novo chefe do executivo ao afirmar que: “[...] numa prova de habilidade política, Juscelino anistiou os envolvidos em ambos os

¹⁹ Schmidt (2005) também apresenta questões sobre o conteúdo da carta-testamento, mas o faz num exercício de fim de capítulo.

movimentos conspiratórios.” (COTRIM, 2010, p. 199). A veia golpista da UDN é aventada pela última vez no subtítulo em um dos exercícios. Pergunta-se qual foi a reação de seus partidários diante da derrota para Juscelino e Goulart.

Estranhamente, como em Schmidt (2005), o apoio da UDN e de outras “forças antigetulistas” a Jânio Quadros não é tido como paradoxal. O “Estilo janista de governar” sim, por suas “surpresas e contradições” – a principal delas, segundo Cotrim (2010), foi o reatamento diplomático com a URSS e com a China comunista –, é destacado pelas “violentas críticas dos partidários da UDN e das empresas multinacionais”. Em “Oposição e renúncia”, ganha destaque o rompimento da UDN e, conseqüentemente, dos grandes empresários e da imprensa com o governo.²⁰ Isso teria ocorrido exclusivamente em função das atitudes de Jânio, que, embora gozasse de prestígio popular, “tomou mais uma decisão que surpreendeu o país [...]” (COTRIM, 2010, p. 203).

No subtítulo “Crise da posse de João Goulart”, enfim, é esclarecedor o tópico “Golpistas x legalistas”. Os interesses udenistas, sempre perfeitamente alinhados aos primeiros, tinham sido atendidos pela renúncia de Jânio, mas não em relação à devida posse de seu vice. Daí em diante, são descritos os dois grupos que se formaram visando à resolução do impasse: o grupo favorável e o contrário à posse de João Goulart. A UDN, do segundo grupo, ao lado de “grandes empresários nacionais e estrangeiros” e “comandantes militares” acusava Jango de comunista. Assim, após a narrativa da solução (parlamentarista), o partido, diluído em um dos “pólos” da sociedade, sequer é mencionado, mesmo nas reações às reformas de base, no tópico a respeito do governo João Goulart (1961-1964), ou “o fracasso do nacionalismo reformista”.

5 Considerações

Conforme menção introdutória, a análise se debruçou sobre quatro livros escolares publicados nos últimos trinta anos, utilizados pela mesma instituição de ensino, e, se buscou

²⁰ Tais ocorrências também são exploradas nos exercícios. Um destes interroga: “Que atitudes de Jânio eram consideradas contraditórias? Quais delas levaram a um rompimento da UDN com o presidente?” (COTRIM, 2010, p. 204).

detectar a provável sintonia das abordagens deles com as produções acadêmicas acerca do tema (UDN) e de seu trajeto político. Sendo assim, cabe tecer considerações tanto aos livros e materiais didáticos de história em geral, como às obras em si, que foram examinadas neste trabalho.

É muito comum o estudo dos conteúdos escolares, principalmente os de história, em perspectiva ideológica. Nesse sentido, Bittencourt (2004) salienta que esse tipo de abordagem foi, aos poucos, sendo acrescido de outras características que dizem respeito ao próprio conteúdo, como discrepâncias entre a produção acadêmica e a escolar. Para a autora, no entanto, é possível verificar progressos em pesquisas acerca da produção didática de história. Tanto é que “o estágio atual demonstra que as análises têm buscado ultrapassar as constatações de seu caráter ideológico, cuja denúncia é importante, mas não conduz a uma compreensão mais significativa dessa produção.” (BITTENCOURT, 2004, p. 306).

Um aspecto também aqui tratado, efeito de uma das inovações recentes na área – a criação da chamada “história integrada”, que une conteúdos de história do Brasil e geral, aparentemente simultâneos –, elucida o risco que se corre em dar preferência a temáticas da história geral, em detrimento da brasileira, fornecendo, portanto, justificativas dos problemas nacionais apenas pela ação estrangeira. Exemplo disso, como visto, é transmitir a impressão de que a atuação política da UDN fosse determinada exclusivamente pelos interesses de grupos internacionais.

Antes de quaisquer julgamentos ou conclusões é preciso considerar a historicidade dos manuais escolares. Cada um deles, como toda publicação, aliás, tem, deve ser entendido como fruto de seu tempo. Essa premissa é fundamental a fim de que não se cometa anacronismos ou juízos de valor. Reznik (2009) lembra que “[...] o texto historiográfico tem um alto teor de politização, e os livros didáticos de história não são exceção.” (REZNIK, 2009, p. 427). O pesquisador também assevera que “[...] como em todo em qualquer texto historiográfico, não há homogeneidade interpretativa para dois textos de uma mesma

época” (REZNIK, 2009, p. 427). Os livros de Mario Schmidt e Gilberto Cotrim são exemplos disso, uma vez que foram escritos e publicados no mesmo período, no entanto apresentam narrativas muito diferentes.

Visivelmente, nenhum dos autores baseou sua abordagem sobre UDN nos principais e mais especializados estudos acerca do partido. Isso talvez se deva ao fato de que tais análises, como já esclarecido no início deste artigo, não compõem o quadro da historiografia tradicional. As omissões são compreensíveis, por um lado, porque a historiografia didática tem suas peculiaridades, ou seja, é indicada para um público – o escolar – que não é especializado, e, por isso, seu texto deve ser sintetizado, direto e compor apenas uma narrativa. Por outro lado, o distanciamento de estudos oriundos de outras ciências, que não a histórica, pode revelar ligeiro preconceito ou mesmo incapacidade em lidar com propostas e abordagens interdisciplinares.

Referências

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. *História da sociedade brasileira: 2º grau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. 1. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *A campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.

GAIO, André Moysés. Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 6, 2002, p. 31-40.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História & Vida*. Brasil: do Império aos dias de hoje. 16. ed. v. 2. São Paulo: Ática, 1997.

REZNIK, Luís. História da historiografia: a era Vargas nos livros didáticos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 411-429.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica: ensino médio*. 1. ed. v. Único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

The National Democratic Union in the textbooks

Abstract

This article investigates how the National Democratic Union is presented in the textbooks used in High Schools (Ensino Médio). The two decades of existence of the party determines the period of time studied. The period of the Brazilian history between the liberal manifestations as opposition to the authoritarianism of the Vargas Era (1937-1945), passing through a democratic period (1946-1964), until the institutional rupture by the military coup (1964), is represented by the manuals, showing the image of the political conduct, the discourse and the public trajectory of the National Democratic Union and its most important members. The textbooks were examined with the purpose of verifying the existence of a relation with the literature on that theme and how that relation occurs.

Keywords: National Democratic Union, political history, textbooks